



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2016 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 62/2016 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A Câmara Municipal de Londrina torna público que realizará licitação, na modalidade pregão presencial, do tipo menor preço por item, **exclusiva para Micro Empresa, Empresa de Pequeno Porte e equiparados**, para contratação dos serviços de clipping jornalístico de mídia radiofônica, objeto da Requisição 2457/2016 cujas despesas correrão por conta da Funcional Programática 01.010.01.031.0001.2001.3390.395900 – Serviços de áudio, vídeo e foto.

O procedimento licitatório reger-se-á pela Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como, supletivamente, pelas disposições da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e Ato da Mesa nº 11/2013, e ao disposto neste edital e anexos.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CLIPPING JORNALÍSTICO DE MÍDIA RADIOFÔNICA

PREÇO MÁXIMO TOTAL: R\$ 29.395,92 (VINTE E NOVE MIL, TREZENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS).

Atuará como Pregoeiro do presente certame o servidor Felipe Werlang Paim, designado e autorizado pela Portaria nº 108/2016 a convocar membros da Equipe de Apoio.

Os envelopes serão abertos no dia 20 de dezembro de 2016, às 9 horas e 15 minutos, na sala de reuniões desta Câmara Municipal de Londrina, situada na Rua Governador Parigot de Souza, nº. 145, Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto, com o credenciamento dos representantes de licitantes presentes.

O Edital e as especificações estarão à disposição dos interessados no *site* da Câmara Municipal de Londrina: <http://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/index.jspx> - “Licitações”, ou poderão ser solicitados através do endereço eletrônico: licitacao@cml.pr.gov.br.

O Edital encontra-se no mural público da Câmara Municipal de Londrina para consulta, no endereço acima mencionado e, poderá ser adquirido no mesmo local – gratuitamente.

SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELOS ESCLARECIMENTOS (DE SEGUNDA À SEXTA, DAS 08H ÀS 18H): ANDERSON ABE (TEL.: 3374-1273), FELIPE PAIM (TEL.: 3374-1265), JOSÉ BALERA (TEL.: 3374-1273) E LUIZ MARENDAZ (TEL.: 3374-1312).

Sumário

SEÇÃO I – DO OBJETO.....	3
SEÇÃO II – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	3
SEÇÃO III – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	3
SEÇÃO IV – DA ABERTURA DA SESSÃO.....	4
SEÇÃO V – DO CREDENCIAMENTO.....	4
SEÇÃO VI – DA APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS.....	5
SEÇÃO VII – DA CLASSIFICAÇÃO, DA ANÁLISE PRELIMINAR DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS E DA ETAPA DE LANCES.....	7
SEÇÃO VIII – DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.....	8
SEÇÃO IX – DA HABILITAÇÃO.....	8
SEÇÃO X – DOS RECURSOS.....	10
SEÇÃO XI – DA HOMOLOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO.....	11
SEÇÃO XII – DA FORMALIZAÇÃO E DO CONTEÚDO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	11
SEÇÃO XIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	12
SEÇÃO XIV – DOS ANEXOS.....	13
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.....	14
ANEXO II – MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO (PROCURAÇÃO).....	20
ANEXO III – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DO EDITAL.....	21
ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.....	22
ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA À PROIBIÇÃO DO TRABALHO DO MENOR (Lei nº 9.854/99).....	23
ANEXO VI – MINUTA CONTRATUAL.....	24

SEÇÃO I – DO OBJETO

- 1 O objeto desta licitação é a contratação de empresa para a prestação dos serviços de clipping jornalístico de mídia radiofônica para a Câmara Municipal de Londrina, conforme especificações, quantidades, prazos e condições de execução estabelecidas no Termo de Referência, neste Edital e seus Anexos.
- 2 Para a contratação pretendida, fixam-se os seguintes preços máximos:

Item	Descrição	Valor Mensal Máximo	Quantidade Total	Valor Total Máximo
01	Serviços de <i>clipping</i> jornalístico: monitoramento diário, gravação, edição, cópia e transferência diária para servidor FTP da Câmara, conforme Termo de Referência (Anexo I).	R\$ 2.449,66	12 meses	R\$ 29.395,92

- 3 O julgamento será realizado pelo menor preço mensal de cada item.

SEÇÃO II – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4 As despesas com a execução contratual referente ao presente certame correrão à conta da Funcional Programática 01.010.01.031.0001.2001.3390.395900 – Serviços de áudio, vídeo e foto.

SEÇÃO III – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 5 **A participação nesta licitação é restrita às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados (pessoa física ou empresário individual enquadrados nas situações previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06).**
- 5.1 A participação na licitação será exclusiva para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) por força do art. 48, I da Lei Complementar nº. 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº. 147/2014.
- 6 É vedada a participação nesta licitação de:
- 6.1 Consórcios de empresas, qualquer que seja a forma de constituição;
 - 6.2 Empresas que estejam suspensas de participar de licitações realizadas pela Câmara Municipal de Londrina;
 - 6.3 Empresas que estejam impedidas de licitar e contratar com o Município de Londrina, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;
 - 6.4 Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os efeitos da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
 - 6.5 Empresas estrangeiras que não funcionem no país;

- 6.6 Empresas que tenham como sócio-gerente, administrador ou integrante de conselho, servidor do Município de Londrina, por força do art. 204, I, II, III e IV da Lei Municipal 4.928/1992 - Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina – PR;
- 6.7 Empresas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores ou em dissolução;
- 6.8 Empresas que possuam em seu quadro pessoal empregado com menos de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou com menos de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

SEÇÃO IV – DA ABERTURA DA SESSÃO

- 7 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, quando o representante do licitante deverá apresentar ao Pregoeiro os seguintes documentos:
 - 7.1 Fora de qualquer envelope, para imediata apresentação na ocasião do credenciamento:
 - 7.1.1 Documento de identificação do representante – oficial com foto;
 - 7.1.2 Documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante a sessão pública em nome do licitante (ato constitutivo e, se for o caso, procuração);
 - 7.1.3 A declaração de que a empresa cumpre todos os requisitos de habilitação do Edital e de que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Anexos III e IV deste Edital);
 - 7.1.4 Certidão emitida pela Junta Comercial, conforme o art. 8º da Instrução Normativa DNRC nº 103/2007 ou documento equivalente de acordo com o modo de constituição da empresa.
 - 7.2 Os envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2 (Documentos de habilitação).

SEÇÃO V – DO CREDENCIAMENTO

- 8 O credenciamento é o ato pelo qual se possibilita aos interessados manifestarem-se, em nome da empresa, na sessão pública do pregão, bem como participar de todos os atos concernentes ao certame, como apresentar lances, formular intenção de recurso ou se manifestar, de qualquer forma, durante a sessão.
- 9 O representante deverá, no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, apresentar-se ao Pregoeiro para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, munido de documento oficial com foto, e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante a sessão pública em nome do licitante.
- 10 Considera-se representante do licitante qualquer pessoa habilitada, nos termos do estatuto ou contrato social, do instrumento público de procuração, ou particular com firma reconhecida, ou documento equivalente.

- 10.1 O estatuto, o contrato social ou o registro como empresário individual devem ostentar a competência do representante do licitante para representá-lo perante terceiros.
- 10.2 O instrumento de procuração público, ou particular com firma reconhecida (modelo no Anexo II), deve ostentar os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática dos demais atos inerentes ao certame, devendo vir acompanhado dos documentos de constituição da empresa ou do registro como empresário individual.
- 11 Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa licitante e cada empresa licitante poderá ter apenas um representante.
- 12 Considera-se encerrada a fase de credenciamento no momento em que é iniciada a abertura do primeiro envelope de proposta.
- 13 Encerrada a fase de credenciamento, não se admitirá:
- 13.1 O credenciamento de licitante que se apresentar após o encerramento desta fase;
- 13.2 A desistência das propostas apresentadas.

SEÇÃO VI – DA APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

- 14 O licitante deverá apresentar dois envelopes separados, sendo um deles com a proposta e o outro com os documentos referentes a habilitação.
- 15 A proposta e a documentação devem estar em envelopes opacos separados, lacrados e contendo em sua parte externa frontal identificação assim sugerida:
- 15.1 “À Câmara Municipal de Londrina, Pregão Presencial nº [número do pregão]/[ano], Envelope nº1: Proposta, Proponente (nome da empresa), CNPJ [CNPJ da empresa licitante]”.
- 15.2 “À Câmara Municipal de Londrina, Pregão Presencial nº [número do pregão]/[ano], Envelope nº2: Documentação, Proponente (nome da empresa), CNPJ: [CNPJ da empresa licitante]”.
- 16 Será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal ou outro meio similar de entrega, mediante recibo ou aviso de recebimento, desde que entregues até 30 (trinta) minutos antes da abertura da sessão pública.
- 16.1 Nessa hipótese, além dos dois envelopes (de proposta e de habilitação), o licitante deverá encaminhar Declaração de que a empresa cumpre todos os requisitos de habilitação do Edital e de que se enquadra como Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte-EPP (Anexos III e IV deste Edital), bem como Certidão emitida pela Junta Comercial, conforme o art. 8º da Instrução Normativa DNRC nº 103/2007 ou documento equivalente de acordo com o modo de constituição da empresa.

- 16.2 Toda a documentação (envelopes e documentos de ME/EPP) deverão ser acondicionados em invólucro único, endereçado diretamente ao órgão licitante, com a identificação assim sugerida:
- 16.2.1 “À Câmara Municipal de Londrina, Pregão Presencial nº [número do pregão]/[ano], Sessão em [data da sessão, com dia, mês e ano], às [hora da realização da sessão]”.
- 16.3 **Os documentos referentes à condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte não poderão estar dentro dos envelopes de proposta ou de habilitação, pois representam requisito mínimo para participação da licitação, a ser analisado previamente pelo Pregoeiro antes da abertura do envelope de proposta.**
- 16.4 Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como proposta.
- 17 A proposta comercial constante do Envelope nº. 1 deverá ser redigida em papel com identificação da empresa (timbre, carimbo ou outra inscrição que a caracterize), em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, sem acréscimos, sem entrelinhas, sem rasuras, datada, assinada, e rubricada em todas as suas folhas pelo licitante ou seu representante, e deverá apresentar:
- 17.1 As características do objeto de forma clara e precisa, com todas as informações necessárias para verificação da adequação do produto cotado com o objeto do certame, observadas as especificações constantes do Termo de Referência.
- 17.2 O preço unitário e total, em algarismo expresso em moeda corrente nacional (real), no qual deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.
- 18 A apresentação da proposta implica:
- 18.1 O conhecimento e aceitação de todos os termos do Edital;
- 18.2 Validade de 90 (noventa) dias, se outra, de maior prazo, não for designada na proposta;
- 18.3 Obrigação de fornecimento ou prestação do objeto, caso seja declarada vencedora do certame, nas condições e prazos máximos previstos no Termo de Referência e na minuta contratual;
- 18.4 Submissão ao regime de penalidades estabelecido na minuta de Contrato Administrativo (Anexo VI), em especial a referente à recusa em assinar o instrumento contratual no prazo de 7 (sete) dias úteis após regularmente convocada.
- 19 No caso de conflito entre as informações constantes na própria proposta, sempre que possível o Pregoeiro promoverá o saneamento, mediante a interpretação que amplie a disputa entre os interessados, desde que não haja comprometimento de interesse da Câmara Municipal de Londrina, da finalidade e da segurança da contratação.
- 20 É facultado ao licitante apresentar catálogos para imediata apresentação ao Pregoeiro,

com o intuito de esclarecer dúvidas quanto à adequação do objeto apresentado na proposta e o objeto do certame, sendo vedada a suspensão da sessão para apresentação posterior.

- 21 Em hipótese alguma poderá haver alteração no conteúdo da proposta apresentada, ressalvados os casos de evidente erro material, modificação essa que será avaliada pelo Pregoeiro quanto à sua admissibilidade.
- 22 A falta de data, de assinatura ou de rubrica nas páginas da proposta, conforme o caso, poderá ser sanada pelo representante da empresa presente à sessão.

SEÇÃO VII – DA CLASSIFICAÇÃO, DA ANÁLISE PRELIMINAR DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS E DA ETAPA DE LANCES

- 23 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não tenham ofertado objetos compatíveis com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- 24 A compatibilidade do objeto será verificada em face das exigências mínimas de especificação impostas às propostas e, ainda, pela inexistência de qualquer alusão a especificação incompatível com o Termo de Referência.
- 25 Serão levadas para a fase de lances as propostas que estiverem com seu preço até 10% (dez por cento) acima do menor preço apresentado.
 - 25.1 Caso não haja no mínimo 3 (três) propostas na condição do item anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três).
 - 25.2 Em caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas.
- 26 Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, com preços distintos e inferiores ao menor preço ofertado.
- 27 O julgamento será realizado pelo menor preço mensal do item, sendo aceito somente duas casas decimais.
- 28 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão do licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 29 Caso não se realizem lances verbais pelos licitantes selecionados e a proposta de menor preço vir a ser desclassificada ou, ainda, inabilitada, o Pregoeiro restabelecerá a etapa competitiva de lances entre os licitantes, obedecendo aos critérios estabelecidos nos itens anteriores.

SEÇÃO VIII – DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 30 O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro e decidirá a respeito da sua aceitabilidade.
- 31 Será desclassificada a proposta final que:
- 31.1 Contenha vícios ou ilegalidades.
 - 31.2 Esteja em desacordo com as especificações técnicas do Termo de Referência.
 - 31.3 Deixar de apresentar as comprovações e declarações exigidas.
 - 31.4 Apresentar preços finais superiores ao valor máximo estabelecido neste Edital para o respectivo item.
 - 31.5 Apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.
 - 31.6 Não vier a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e à produtividade apresentada.
- 32 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do §3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.
- 33 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 34 Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 35 No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado na Ata da Sessão e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.
- 36 Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

SEÇÃO IX – DA HABILITAÇÃO

- 37 O Pregoeiro procederá à abertura do envelope “Documentação” (envelope nº. 2) do licitante classificado em primeiro lugar para a verificação da condição de Habilitação.
- 38 Será inabilitado o licitante que não apresentar sua documentação em situação regular ou fora do prazo de vigência, ressalvadas as faculdades conferidas pelo art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

- 39 Em caso de inabilitação do licitante mais bem classificado, proceder-se-á à análise das condições de habilitação do classificado em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que se encontre licitante em condições de ser habilitado.
- 40 Para a **habilitação jurídica** deve-se apresentar ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e atualizado na forma da lei (original e todas as alterações ou consolidação), com indicação dos atuais administradores ou dirigentes, devidamente registrado na Junta Comercial ou no registro competente, de acordo com o modo de constituição da empresa.
- 40.1 Caso o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor tenha sido apresentado na ocasião do credenciamento para que seja juntado aos autos, é facultada a não apresentação dentro do envelope nº. 2 (Documentos).
- 41 Para a comprovação da **regularidade fiscal e trabalhista** deve-se apresentar:
- 41.1 Prova de regularidade perante a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta – conforme Portaria RFB/PGFN nº. 1.751/2014);
- 41.2 Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual;
- 41.3 Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal (relativa a Tributos Mobiliários e Imobiliários);
- 41.4 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação da CRF (Certidão de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF);
- 41.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação da certidão negativa, nos termos do art. 642-A da CLT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT).
- 42 Para a **qualificação econômico-financeira** a empresa deverá apresentar certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante.
- 43 A empresa também deverá apresentar, sob pena de inabilitação uma **declaração** de que não há em seu quadro de funcionários menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso, nem menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, conforme Anexo V deste Edital.
- 44 Os documentos, com exceção daqueles que contenham determinação específica para apresentação em original, poderão ser entregues em original ou fotocópia autenticada por tabelião ou por integrante da Equipe de Apoio do Pregoeiro, por servidor do Departamento de Suprimentos e Patrimônio ou pelo próprio Pregoeiro designado para o certame.
- 45 Caso a empresa declarada vencedora tenha alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado a ela o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da declaração de que ela é vencedora do certame, prorrogável, a requerimento da

interessada e a critério da Administração, por igual período, para a regularização de sua situação ou para a emissão de certidão positiva com efeitos de negativa, nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

45.1 A não inserção da certidão positiva no Envelope nº. 2 impede a concessão do benefício acima referido, nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº. 123/2006.

45.2 Caso a empresa não se regularize, poderá a Câmara Municipal de Londrina, sem prejuízo das sanções cabíveis, convocar os outros licitantes, respeitada a ordem de classificação.

- 46 Os documentos emitidos via *internet* estão sujeitos à confirmação no site do órgão emissor.
- 47 As certidões ou certificados que não contenham prazo de validade somente serão aceitos quando expedidos no prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores à data limite para o recebimento das propostas, ressalvado o ato constitutivo, cuja aceitação independe do prazo de expedição.

SEÇÃO X – DOS RECURSOS

- 48 Declarado o licitante vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 49 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, devidamente registrada em ata, importará a preclusão da pretensão recursal.
- 50 Não serão conhecidos:
- 50.1 O recurso que tenha conteúdo incompatível com o suscitado na sessão e registrado na Ata da Sessão.
- 50.2 O recurso escrito e as contrarrazões encaminhados ao protocolo intempestivamente, ou seja, fora do prazo.
- 50.3 Os recursos imotivados ou insubsistentes.
- 51 As razões recursais podem ser enviadas via *fac-símile* ou no e-mail licitacao@cml.pr.gov.br, desde que os originais sejam protocolizados em até 3 (três) dias após seu envio.
- 52 Expirado o prazo para apresentação de razões recursais, tendo estas sido apresentadas ou não, o Pregoeiro poderá reconsiderar sua decisão ou encaminhar os autos, com as devidas informações, para a análise do Presidente da Câmara Municipal de Londrina, que decidirá em 5 (cinco) dias úteis.

- 53 O provimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

SEÇÃO XI – DA HOMOLOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO

- 54 O Pregoeiro remeterá os autos para a homologação da Presidência da Câmara Municipal de Londrina diante das seguintes condições:
- 54.1 Se não houver intenção de interpor recurso manifestada por licitante na sessão.
- 54.2 Se o licitante vencedor não necessitar do prazo para regularização de restrições junto ao fisco previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/2006.
- 54.3 Se o licitante vencedor não figurar no cadastro dos impedidos de licitar do Tribunal de Contas do Paraná ou no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do CNJ.
- 55 Constatado o impedimento de licitar, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o licitante que a propôs declarado vencedor do certame.
- 56 O Pregoeiro manterá sob seu poder os envelopes de habilitação ainda não abertos dos demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias corridos após a homologação do certame.
- 56.1 Encerrado este prazo de 15 (quinze) dias, automaticamente se dará início ao prazo de 5 (cinco) dias corridos para os interessados retirarem a documentação, sob pena de inutilização dos envelopes, independentemente de notificação.

SEÇÃO XII – DA FORMALIZAÇÃO E DO CONTEÚDO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

- 57 Homologado o resultado da licitação, o Departamento de Suprimentos e Patrimônio, convocará o interessado para, no prazo de 7 (sete) dias, contados da data da convocação, proceder à assinatura do Contrato Administrativo, o qual, após sua assinatura, terá efeito de compromisso de contratação, nas condições estabelecidas.
- 57.1 O prazo previsto para a assinatura poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Diretoria-Geral da Câmara Municipal de Londrina.
- 58 O Contrato Administrativo terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado por sucessíveis períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses.
- 59 A recusa injustificada do prestador classificado em assinar o Contrato Administrativo, dentro do prazo estabelecido nesta seção, ensejará a aplicação das penalidades

estabelecidas neste Edital.

- 60 Encontra-se no Termo de Referência (Anexo I) e na Minuta do Contrato (Anexo VI), partes integrantes do presente Edital, a disciplina detalhada sobre: vigência do contrato, especificações do objeto, condições de execução, recebimento do objeto, preço e condições de pagamento, rescisões, obrigações das partes, fiscalização contratual, regime de penalidades e demais questões pertinentes à contratação.

SEÇÃO XIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 61 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, devendo a Câmara Municipal de Londrina julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.
- 62 Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 63 Das sessões públicas serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes que aceitarem assiná-la, com registro detalhado de todas as ocorrências.
- 64 Todos os fechos de envelopes, documentos e propostas serão necessariamente rubricados pelo Pregoeiro, sendo facultado aos licitantes presentes o direito de rubricá-los.
- 65 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em sentido contrário.
- 66 É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar dos envelopes.
- 67 Na análise preliminar das propostas, na habilitação ou no julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar fatos qualificados ou não no presente Edital como erros, falhas ou vícios que não alterem sua substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado na Ata da Sessão e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.
- 68 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do

licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia, de economia e do interesse público.

- 69 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Câmara Municipal de Londrina, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 70 A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.
- 71 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Câmara Municipal de Londrina não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 72 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Câmara Municipal de Londrina.
- 73 O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da comarca de Londrina, com exclusão de qualquer outro.
- 74 O resultado desta licitação será publicado no sítio eletrônico e no Quadro de Editais desta Casa, bem como no Jornal Oficial do Município.

SEÇÃO XIV – DOS ANEXOS

- 75 Fazem parte do presente edital os seguintes anexos:
 - 75.1 Anexo I: Termo de Referência;
 - 75.2 Anexo II: Modelo de Carta de Credenciamento;
 - 75.3 Anexo III: Modelo declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação do Edital e
 - 75.4 Anexo IV; Modelo de declaração de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP);
 - 75.5 Anexo V: Modelo de declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei nº 9.854/99);
 - 75.6 Anexo VI: Minuta do Contrato Administrativo.

Edifício da Câmara Municipal de Londrina, em 6 de dezembro de 2016.

Ronan Wielewski Botelho - Diretor Geral

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

SEÇÃO I - OBJETO

- 1 Contratação de empresa para prestação dos serviços de *clipping* jornalístico de matérias divulgadas na mídia radiofônica de interesse Câmara Municipal de Londrina e seus integrantes.
 - 1.1 Os serviços de *clipping* compreendem o monitoramento diário, a gravação, a edição e a cópia de conteúdo informativo (notas, notícias, entrevistas, matérias, programas especiais, comentários e editoriais).
 - 1.2 Incluem-se nos serviços ainda a transferência diária de arquivos de áudio para servidor FTP (ou outro que vier a ser utilizado) de propriedade da Câmara Municipal de Londrina.

SEÇÃO II - JUSTIFICATIVA

- 2 Com a missão de representar a população londrinense, elaborar leis e fiscalizar os atos da Administração Pública municipal, a Câmara Municipal de Londrina e seus integrantes configuram-se como fonte diária de informação jornalística pela mídia local e regional, que mantém acompanhamento constante das atividades do Legislativo.
- 3 Ao consolidar-se ainda como centro de debates de temas locais e regionais, envolvendo as diferentes áreas e segmentos da população, os integrantes do Legislativo se manifestam publicamente sobre os diversos assuntos, principalmente aqueles relacionados à elaboração e execução de políticas públicas e à qualidade dos serviços públicos oferecidos à população.
- 4 Ao mesmo tempo, para assegurar o princípio da transparência no desenvolvimento das atividades institucionais e parlamentares, o Legislativo mantém e alimenta diariamente, por meio da Assessoria de Comunicação (ASCOM) /Setor de Imprensa, veículos de comunicação com informações diversas, sendo, portanto necessário aos geradores das notícias (vereadores e vereadoras) o *feedback* das suas iniciativas.
- 5 Assim, dentre as ferramentas de trabalho utilizadas pela ASCOM/Setor de Imprensa para atender a missão do Legislativo londrinense, destacam-se a atualização diária do site com informações e fotos relacionadas às atividades institucionais e parlamentares; a divulgação da agenda e da pauta oficial da Câmara de Vereadores como também do informativo *Legislativo em Pauta*; o atendimento individualizado dos repórteres dos veículos de comunicação para pautas específicas, além da produção e encaminhamento de sugestões de matérias e *releases* à imprensa; entre outras atividades.
- 6 De seu lado, os veículos de comunicação respondem às iniciativas de divulgação das atividades do Legislativo com a veiculação de matérias e comentários sobre atividades institucionais e parlamentares; pautam repórteres para cobertura diária das sessões,

reuniões e audiências públicas entre outros eventos; e repercutem com dirigentes de órgãos públicos e os diferentes setores da sociedade, as discussões e decisões da Câmara de Vereadores.

- 7 É, portanto, no contexto de fonte geradora de informações que torna-se necessário à Câmara de Vereadores, por meio de serviços coordenados pelo Setor de Imprensa da ASCOM, o monitoramento diário do noticiário local, regional e em algumas situações até nacional. Importante lembrar ainda que muitas vezes é por meio dos veículos de comunicação que o parlamentar faz a prestação de contas da sua atuação à comunidade.
- 8 Atualmente, estes serviços são disponibilizados aos dirigentes da Casa, agentes políticos, assessores legislativos, assessores parlamentares e servidores do Legislativo por meio da assinatura de jornais impressos e cadastramento de senhas para acesso ao conteúdo editorial via internet; como também por meio de *clipping* eletrônico diário de mídia de rádio e de televisão.
- 9 O *clipping* jornalístico (mídia de rádio, TV, veículos impresso ou digital) tem como objetivos dimensionar a repercussão dos fatos de interesse estratégico da instituição e seus integrantes; subsidiar ações de planejamento na área de Comunicação; permitir a correção ou o esclarecimento de eventuais erros de informação e interpretação e orientar os integrantes da Casa sobre a necessidade de providências, quando se constatar problemas na veiculação das informações.
- 10 Ainda na esteira da atividade parlamentar, o *clipping* jornalístico diário (rádio, jornais *online* e impressos e TV) constitui-se em importante fonte de informação para o exercício do mandato e não raras vezes subsidia a elaboração de projetos de lei, pedidos de informações e requerimentos e pode até alertar os parlamentares sobre a necessidade de comissões especiais, entre outras iniciativas.
- 11 Outro aspecto que deve ser lembrado é que o *clipping* permite que a fonte de informação – no caso, os vereadores da Câmara Municipal de Londrina - possa conferir o exato teor das suas declarações ou de terceiros em prazo razoável e avaliar com objetividade a necessidade de retratações ou correções, afastando-se o risco de interpretações inconvenientes e errôneas sobre as informações veiculadas. Neste caso, o *clipping* facilita o diálogo entre a fonte de informação, a Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal de Londrina, os jornalistas e o veículo de comunicação.
- 12 Em razão do seu caráter estratégico é importante garantir que os serviços de *clipping* jornalístico sejam prestados de forma rotineira e contínua, sem interrupção. O próprio Tribunal de Contas da União (TCU), órgão responsável pela fiscalização das contas públicas no país, realizou licitação para contratar empresa de prestação de serviços de *clipping jornalístico online* com duração de 12 meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses conforme contrato nº. 16/2014 disponível no site do TCU. Essa modalidade de contratação também é adotada por outros órgãos públicos.

- 13 Note-se ainda que a contratação deve prever a possibilidade de prorrogação do contrato da prestação do serviço de *clipping* para assegurar a continuidade das atividades como também para evitar o desperdício de tempo e de recursos públicos. Além dos gastos financeiros e do empenho de diversos setores da Câmara Municipal de Londrina na realização do processo licitatório, deve-se considerar ainda o tempo gasto pelos profissionais da ASCOM/Setor de Imprensa na orientação da empresa que prestará os serviços.
- 14 Para compilar as matérias jornalísticas de interesse do Legislativo e seus integrantes, o fornecedor deverá conhecer a instituição para realizar com segurança a clipagem de matérias direta ou indiretamente relacionadas a Câmara Municipal de Londrina. Nessa tarefa são necessários pelo menos 30/60 dias de contato constante entre fiscal do contrato e o fornecedor. Caso o contrato dure apenas 12 (doze) meses, significa que anualmente um período razoável da prestação dos serviços será dirigido à orientação da empresa contratada.
- 15 Especificamente neste Termo de Referência, tratamos da contratação do *clipping* jornalístico diário de mídia de rádio, em razão do grande número de emissoras instaladas e atuantes em Londrina que mantém programas jornalísticos que exercem influência sobre formadores de opinião e cuja pauta invariavelmente trata das atividades Câmara Municipal de Londrina e de temas convergentes à atuação da instituição e de seus integrantes.
- 16 O *clipping* jornalístico diário de mídia de rádio configura-se, portanto como ferramenta de trabalho, caracterizando-se como serviço de apoio às atividades parlamentares, pois permite ao usuário um panorama das informações veiculadas pelas emissoras de rádio, acompanhado da real dimensão do tratamento editorial adotado para a divulgação dos fatos.
- 17 A tarefa é impossível de ser realizada pela equipe do Legislativo lotada na Assessoria de Comunicação do Legislativo. A ASCOM não dispõe de quadro de pessoal e nem de equipamentos para clipar matérias divulgadas em programas jornalísticos diários de rádio, veiculados em horários coincidentes ou distribuídos durante toda a grade de programação das emissoras.
- 18 Este trabalho exigiria a ampliação da área física da ASCOM; a compra de equipamentos adequados e de *softwares* para edição de áudio, além da designação de pessoal para acompanhamento 24 horas por dia, nos sete dias da semana (inclusive sábados, domingos e feriados) da programação jornalística das emissoras de rádio.

SEÇÃO III – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 19 A CONTRATADA realizará o monitoramento diário, 24 horas por dia, de domingo a domingo, das matérias que citem a Câmara Municipal de Londrina, bem como daquelas que estejam relacionadas à atuação institucional ou aos seus integrantes, veiculadas nas

seguintes emissoras de rádio:

- 19.1 Rádio Paiquerê AM, Rádio Paiquerê FM, Rádio Brasil Sul, Rádio CBN, Rádio Alvorada, Rádio UEL FM e Rádio Massa FM.
- 20 A CONTRATADA fará a transferência diária dos arquivos clipados para um servidor FTP (ou outro que vier a ser utilizado) disponibilizado pela CONTRATANTE, acessível mediante senha individual.
- 21 A CONTRATADA deverá realizar a transferência de arquivos diariamente, de segunda-feira a sábado, em três horários distintos:
- 21.1 Até às 11:00 horas, para conteúdo informativo veiculado a partir das 18:00 horas do dia anterior até às 9:00 horas do dia da transferência;
- 21.2 Até às 15:00 horas, para o conteúdo informativo veiculado das 9:00 às 13:00 horas do dia da transferência;
- 21.3 Até às 20:00 horas, para o conteúdo informativo veiculado das 13:00 às 18:00 horas do dia da transferência.
- 22 Nas segundas-feiras, a CONTRATADA deverá encaminhar na primeira transferência do dia, a ser realizada até as 11:00 horas, o conteúdo informativo veiculado a partir das 18:00 horas do sábado até as 09:00 horas da segunda-feira, incluindo todo o material veiculado no domingo.
- 23 Caso o noticiário clipado não apresente a íntegra do conteúdo veiculado de interesse do Legislativo, os novos arquivos deverão ser fornecidos à Câmara Municipal de Londrina em até 1 (uma) hora, contados da solicitação da Assessoria de Imprensa que poderá ser feita por telefone ou e-mail.
- 24 Todos os arquivos deverão ser agrupados em pastas específicas mensais, organizadas pelo critério de mês da veiculação da informação.
- 25 Cada arquivo individual deverá apresentar a data da veiculação, horário, emissora, nome do programa, título de matéria/assunto, nome dos entrevistados citados e tamanho do arquivo.
- 26 A Câmara Municipal de Londrina deverá ser informada sobre a ocorrência de indisponibilidade de matérias em determinado veículo de comunicação, sem prejuízo de posterior inclusão quando houver disponibilidade.
- 27 Em caso de eventual problema sistêmico que impossibilite a transferência de arquivos para o servidor FTP (ou outro que vier a ser utilizado), disponibilizado pela Câmara Municipal de Londrina, a CONTRATADA deverá ***adotar sistemas de compartilhamento de arquivos em nuvem via link*** e confirmar o recebimento dos arquivos pela CONTRATANTE por telefone ou e-mail de acordo com os seguintes horários:

- 27.1 Para as matérias que deveriam ser transferidas até às 15:00 horas, das 15:00 às 17:00 horas do mesmo dia.
- 27.2 Para as matérias que deveriam ser transferidas até às 20:00 horas, das 11:00 às 15:00 horas do dia subsequente.
- 28 Além da transferência para o servidor, a CONTRATADA deverá encaminhar mensalmente todo o material clipado em mídia rígida (DVD) ou outro sistema que viera a substituí-lo, entregue até o 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, diretamente à Assessoria de Comunicação, das 13:00 às 19:00 horas.
- 29 Todas as mídias rígidas deverão ser entregues no Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto, Rua Parigot de Souza, 145, Londrina, Paraná, CEP 86015-903.
- 29.1 As mídias rígidas deverão ter a qualidade mínima de 128 kbps para áudio.
- 29.2 A CONTRATADA arcará com os custos da entrega.
- 29.3 A CONTRATADA se responsabiliza por danos decorrentes do transporte.
- 30 A CONTRATADA também deverá encaminhar até o 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, e via e-mail o relatório descritivo completo das matérias clipadas, sem os correspondentes arquivos.

DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

- 31 Pelos serviços executados será pago um valor fixo mensal, independente do número de arquivos transferidos à CONTRATANTE.
- 32 O pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços.
- 32.1 A CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica até o 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços.
- 32.2 O pagamento somente será efetuado após o recebimento definitivo, pelo fiscal do contrato, da Nota Fiscal Eletrônica apresentada pela CONTRATADA.
- 32.3 O recebimento provisório configurar-se-á com a transferência dos arquivos para o servidor de hospedagem da CONTRATANTE.
- 32.4 O recebimento definitivo ficará condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal Eletrônica apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.
- 32.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal Eletrônica ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 32.6 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela

CONTRATADA, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

32.7 Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

32.8 A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

32.9 A CONTRATANTE poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

Município de Londrina, 16 de novembro de 2016.

Ana Paula Rodrigues Pinto

Assessoria de Comunicação/ Setor de Imprensa

Matrícula 399

ANEXO II – MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO (PROCURAÇÃO)

À Câmara Municipal de Londrina

Pregão Presencial nº. [número do pregão]/[ano]

Através da presente, autorizo o(a) Sr.(a)...., portador(a) da Cédula de Identidade, Registro Geral (RG) nº...., e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº.... a participar do procedimento licitatório acima referido, na qualidade de representante de (Razão Social), pessoa jurídica inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº..... Para tanto, outorgo à pessoa física supramencionada amplos poderes para praticar todos atos inerentes ao pregão Presencial nº [número do pregão]/[ano].

Estou ciente, de que responderei em juízo ou fora dele, se for o caso, por todos os atos que venham a ser praticados por nosso Representante Legal.

_____, de _____ de [ano].

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

Nome:

RG:

CPF:

Cargo:

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DO EDITAL

A empresa ... [nome da empresa], pessoa jurídica de direito privado inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº., para fins de participação no Pregão Presencial nº [número do pregão]/[ano] realizado pela Câmara Municipal de Londrina, declara, sob as penas da Lei, que:

1. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e concorda com as disposições do Edital do Pregão Presencial nº. [número do pregão]/[ano] e seus Anexos.

Em _____ de _____ [ano].

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

Nome:

RG:

CPF:

Cargo:

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa ... [nome da empresa], pessoa jurídica de direito privado inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº., para fins de participação no Pregão Presencial nº [número do pregão]/[ano] realizado pela Câmara Municipal de Londrina, declara, sob as penas da Lei, que:

2. É ... [microempresa ou empresa de pequeno porte], nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Em _____ de _____ [ano].

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

Nome:

RG:

CPF:

Cargo:

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA À PROIBIÇÃO DO TRABALHO DO MENOR (Lei nº 9.854/99)

A empresa ... [nome da empresa], pessoa jurídica de direito privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº. interessada em participar da licitação modalidade Pregão presencial nº [número do pregão]/ [ano], da Câmara Municipal de Londrina, Estado do Paraná, em cumprimento às determinações da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, DECLARA, sob as penas da lei, que em seu quadro de pessoal não há menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 anos em qualquer outro tipo de trabalho, conforme inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal.

Por ser a expressão da verdade, firmo o presente.

Local e data..

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

Nome:

RG:

CPF:

Cargo:

(Obs.: Este documento deverá constar no envelope nº 2 'Documentação')

ANEXO VI – MINUTA CONTRATUAL

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº xx/2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº xx/2016**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CLIPPING DE MÍDIA RADIOFÔNICA

VALOR DO CONTRATO: [VALOR TOTAL]) ([VALOR POR EXTENSO])

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES

A **CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA**, com sede na Rua Gov. Parigot de Souza, 145, Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto, Londrina – PR, inscrita no CNPJ sob o nº 78.316.064/0001-93, neste ato representado por seu Presidente, Vereador **FÁBIO ANDRÉ TESTA**, portador do documento de identidade Registro Geral (RG) nº xxxxx e CPF nº xxxxx, doravante também denominada Contratante, em face da proposta declarada vencedora do processo de contratação em epígrafe, nos termos da Lei, resolve contratar a empresa xxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxx, com sede na xxxxxxxxxxxxxx, CEP nº xxxxxxxxxxxx, no Município xxxxxxxxxxxx, neste ato representada por xxxxx, portador do documento de identidade Registro Geral (RG) nº xxxxx e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº xxxxx, doravante denominada Contratada, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1 Constituem objeto da presente contratação os serviços de *clipping* jornalístico de matérias divulgadas em mídia radiofônica de interesse da Câmara Municipal de Londrina, conforme especificações, quantidades, prazos e condições de execução estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I), considerado parte integrante do presente contrato para todos os efeitos.
- 1.1 Os serviços de *clipping* compreendem o monitoramento diário, a gravação, a edição e a cópia de conteúdo informativo (notas, notícias, entrevistas, matéria, programas especiais, comentários e editoriais).
- 1.2 Incluem-se nos serviços ainda a transferência diária de arquivos de áudio para servidor FTP (ou outro que vier a ser utilizado) de propriedade da Câmara Municipal de Londrina.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 2 O serviço contratado será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3 O monitoramento diário, a transferência diária dos arquivados clipados e as demais condições de execução dos serviços estão disciplinadas no Termo de Referência (Anexo I), parte integrante do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO VALOR TOTAL DO CONTRATO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 4 O pagamento será efetuado pelo valor fixo mensal, independente do número de arquivos transferidos à CONTRATANTE, conforme valores abaixo:

Item	Descrição	Valor Mensal	Quantidade Total	Valor Total
01	Serviços de <i>clipping</i> jornalístico: monitoramento diário, gravação, edição, cópia e transferência diária para servidor FTP da Câmara, conforme Termo de Referência (Anexo I).	R\$	12 meses	R\$

- 5 O valor total do contrato é de R\$ [valor].
- 5.1 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo e seguro, bem como aqueles relacionados aos

eventuais atendimentos, além de outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

- 6 O prazo para pagamento será de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento definitivo, pelo servidor designado a atuar como fiscal do presente contrato, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA.
 - 6.1 A nota fiscal deverá ser apresentada até o primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.
 - 6.2 O recebimento definitivo fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas neste contrato.
 - 6.3 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
 - 6.4 Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
 - 6.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
 - 6.6 A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
 - 6.7 A Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 7 As despesas decorrentes da presente contratação estão previstas no Orçamento da Câmara Municipal de Londrina, segundo previsão da Funcional Programática 01.010.01.031.0001.2001.3390.395900 – Serviços de áudio, vídeo e foto.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

- 8 O Contrato Administrativo terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos sucessivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II, artigo 57, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9 A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

- 10 Somente haverá prorrogação se a CONTRATADA tiver prestado regularmente o serviço e se for verificado que a manutenção do Contrato é economicamente vantajosa em relação à realização de um novo processo de contratação.
- 11 O contrato não poderá ser prorrogado quando:
 - 11.1 A Contratada tiver sido declarada inidônea ou suspensa ou impedida de licitar ou contratar no âmbito de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, enquanto perdurarem os efeitos.
 - 11.2 A Contratada não mantiver, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 12 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA

- 13 A CONTRATADA obriga-se a:
 - 13.1 Executar os serviços nas condições estabelecidas contratualmente, de acordo com o Termo de Referência e sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento do presente contrato;
 - 13.2 Fornecer todo o material e mão de obra necessários para o fiel cumprimento das obrigações;
 - 13.3 Responsabilizar-se por eventuais vícios e danos decorrentes da prestação dos serviços, de acordo com as normas previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);
 - 13.4 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante durante a execução dos serviços;
 - 13.5 Informar, na nota fiscal, o número do empenho ao qual se vincula;
 - 13.6 Dar ciência à fiscal do contrato, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços, sem prejuízo de prévia comunicação verbal, caso a situação exija imediata providência;
 - 13.7 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
 - 13.8 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação;
 - 13.9 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas;
 - 13.10 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº

8.666, de 1993.

14 A CONTRATANTE obriga-se a:

- 14.1 Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do contrato e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;
- 14.2 Fornecer todas as informações necessárias à CONTRATADA para execução dos serviços;
- 14.3 Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 14.4 Manter contatos sempre por escrito com a CONTRATADA, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência da situação, os quais deverão ser confirmados por escrito, no prazo de 3 (três) dias úteis;
- 14.5 Dar o recebimento definitivo, após o recebimento da nota fiscal da CONTRATADA, desde que os serviços sejam realizados de acordo com as especificações contratuais;
- 14.6 Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

15 A fiscalização da contratação será exercida por representante da Câmara Municipal de Londrina, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e, quando necessário, dará ciência ao Gestor da contratação para tomar as medidas cabíveis.

- 15.1 O representante da Câmara Municipal de Londrina deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.
- 15.2 A fiscalização da presente contratação será feita pela gerência do setor requisitante ou por outro funcionário por ela designado por escrito, caso em que cópia do ato de designação deverá ser encaminhado ao Departamento de Suprimentos e Patrimônio para todos os efeitos.

16 Ao Fiscal do contrato ficam designadas as seguintes atribuições:

- 16.1 Solicitar Nota de Empenho junto ao Departamento Financeiro;
- 16.2 Somente solicitar o objeto mediante a apresentação de Nota de Empenho.
- 16.3 Receber e indicar o número do empenho na fatura, caso a CONTRATADA não o tenha feito.
- 16.4 Controlar os quantitativos do objeto e emitir relatórios de consumo;
- 16.5 Verificar se o valor discriminado na Nota Fiscal é o contratado, antes de remetê-la ao Departamento Financeiro para pagamento;
- 16.6 Dar recebimento definitivo dos produtos ou serviços, após as verificações de adequação da execução com os termos do presente contrato, inclusive com a verificação de prazos, valores e quantidades;
- 16.7 Notificar o Gestor do contrato caso identifique irregularidade passível de instauração de procedimento administrativo para aplicação de penalidade.

- 17 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 18 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o Contratado que, no decorrer da contratação:
- 18.1 Inexecutar total ou parcialmente o contrato (ensejar o retardamento da execução do objeto, não manter a proposta ou falhar na execução contratual);
 - 18.2 Apresentar documentação falsa;
 - 18.3 Comportar-se de modo inidôneo;
 - 18.4 Cometer fraude fiscal;
 - 18.5 Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, no Contrato Administrativo, inclusive no Termo de Referência que é parte integrante do contrato.
- 19 O Contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 19.1 **Advertência** por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
 - 19.2 **Multas:**
 - 19.2.1 **Multa Moratória** de até 20% (vinte por cento) do valor da Nota de Empenho pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos no contrato para a execução dos serviços;
 - 19.2.2 **Compensatória** de até 15% (quinze por cento) do valor da Nota de Empenho, pela execução dos serviços em desacordo com as obrigações dispostas neste Contrato ou no Termo de Referência;
 - 19.2.3 **Compensatória** de até 30% (trinta por cento) do valor da Nota de Empenho, pela injustificada inexecução total dos serviços, hipótese que poderá ocasionar a rescisão contratual.
 - 19.3 Declaração de impedimento de licitar e contratar com as administrações diretas ou indiretas do Município de Londrina pelo prazo de até 5 (cinco) anos.
- 20 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 21 A entrega de objeto em desacordo ao Edital não descaracteriza a mora, que continuará sendo contada sem interrupção até a entrega de objeto adequado ao especificado pela Administração no instrumento convocatório.
- 22 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade

da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

- 23 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, instaurado por despacho do Diretor-Geral e julgado pelo Presidente da Câmara Municipal de Londrina.
- 23.1 Os pedidos de reconsideração serão recebidos como simples petições e não terão efeitos suspensivos em relação à decisão proferida, contudo não desobrigam a Contratante de proferir resposta devidamente fundamentada.
- 24 Aplica-se subsidiariamente ao procedimento de penalização previsto no presente edital, o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e analogicamente o previsto na Lei nº 9.784, de 1999.
- 25 Previamente à aplicação de qualquer penalidade poderá a Contratada apresentar defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data em que for notificada a respeito.
- 26 Após a aplicação de quaisquer das penalidades previstas, far-se-á a comunicação escrita à empresa e publicação no Jornal Oficial do Município (exceto nos casos de advertência e multa), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado em cadastro correspondente.
- 27 O prazo para pagamento da multa será de 10 (dez) dias após o recebimento da notificação para recolhimento do valor.
- 28 A importância relativa ao valor da multa será corrigida pelo IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial), a partir dos respectivos fatos geradores.

CLÁUSULA DEZ – DAS ALTERAÇÕES

- 29 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 29.1 A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 29.2 As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

CLÁUSULA ONZE – DOS CASOS DE RESCISÃO

- 30 São motivos para a rescisão do presente contrato, no que couberem, os enumerados nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93.
- 31 Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o

contraditório e a ampla defesa.

- 32 Em caso de rescisão deste contrato será obedecido ao que estabelecem os arts. 79 e 80 da Lei nº 8.666/93, no que couberem.

CLÁUSULA DOZE – DO REAJUSTE

- 33 Será admitido o reajuste dos preços dos serviços continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que venha substituí-lo, divulgado pela instituição Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- 34 O interregno mínimo de 1 (um) ano será contado:
- 34.1 Para o primeiro reajuste: a partir da data limite para apresentação das propostas constantes do Edital;
- 34.2 Para os reajustes subsequentes ao primeiro: a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste ocorrido ou precluso.
- 35 O prazo para a Contratada solicitar o reajuste encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente à data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 1 (um) ano, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.
- 36 Caso a Contratada não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.
- 37 Se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste só poderá ser pleiteado após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado na forma prevista neste contrato.
- 38 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o novo índice de reajuste adotado, a Contratada deverá solicitar a inserção de cláusula no termo aditivo de prorrogação que resguarde o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo seja divulgado o novo índice, sob pena de preclusão.
- 39 Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
- 39.1 A partir da data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 1 (um) ano;
- 39.2 Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes futuros;
- 40 Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual ou houver acordo das partes, caso em que deverão ser

formalizados por aditamento ao contrato.

CLÁUSULA TREZE – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 41 Constituem documentos anexos a este Contrato o Edital, os anexos que o compõem, o Termo de Referência, a proposta e quaisquer informações prestadas por escrito pelo Contratado.
- 42 Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.
- 43 O foro para dirimir questões relativas à presente instrumento será o da Comarca de Londrina, Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro.
- 44 E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato Administrativo em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Londrina, *[dia, mês e ano]*.

Fábio André Testa
Presidente da Câmara Municipal de Londrina

[nome completo da signatária]
[cargo]